

**EDcl no AgInt no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 82.982 - RS
(2017/0079001-2)**

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
EMBARGANTE : PABLO JUAREZ VIERA CZYZESKI
ADVOGADO : PABLO JUAREZ VIERA CZYZESKI (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS079359
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que não conheceu do agravo regimental ante a sua intempestividade.

Sustenta o embargante que o prazo para a interposição de agravo interno seria de 15 (quinze) dias, nos termos da Lei 13.105/2015.

Requer o acolhimento dos aclaratórios para que o regimental interposto seja processado e julgado.

É o relatório.

Pacificou-se neste Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que, nos Tribunais Superiores, o agravo contra decisões monocráticas em controvérsias que versam sobre matéria penal ou processual penal não obedece às regras do Novo Código de Processo Civil, sendo regido pela Lei 8.038/1990.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INTERPOSIÇÃO APÓS O PRAZO LEGAL DE CINCO DIAS CORRIDOS. LEI Nº 8.038/1990. ART. 798 DO CPP. INTEMPESTIVIDADE. — AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO. 1 - Consoante jurisprudência pacífica deste Superior Tribunal de Justiça, nos feitos que tratam de matéria penal ou processual penal, nos tribunais superiores, têm aplicação a Lei nº 8.038/1990 e o art. 798 do Código de Processo Penal, que estabelecem o prazo de cinco dias corridos para a interposição do agravo regimental.

2. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no RE no AgRg no Ag no REsp 1512006/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/11/2018, DJe 28/11/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO INTEMPESTIVO. LEI N. 8.038/1990. PRAZO DE 5 DIAS.

1. O prazo para interposição de agravo regimental, em processo penal, é de 5 dias, de acordo com os arts. 39 da Lei n. 8.038/1990 e 258 do RISTJ.

2. Mesmo após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015, o prazo para a interposição de agravo regimental continuou regido pelo art. 38 da Lei n. 8.038/1990.

3. No caso, o agravo regimental foi protocolado depois de esgotado o quinquídio legal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

4. Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no AREsp 1338368/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 04/12/2018)

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FIANÇA. ART. 366 DO CPP. INTEMPESTIVIDADE. PRAZO EM DIAS ÚTEIS. NOVO CPC. INAPLICABILIDADE. PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CORRIDOS.

I - "O prazo para interposição de agravo regimental, em processo penal, é de 5 dias, de acordo com os arts. 39 da Lei n. 8.038/1990 e 258 do RISTJ, os quais, mesmo após a entrada em vigor da Lei n. 13.105/2015, continuam sendo contados em dias corridos, nos termos do art. 798 do Código de Processo Penal" (AgInt no AREsp n. 943.297/ES, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 1º/8/2017).

(...)

Agravo regimental não conhecido.

(AgRg no REsp 1686372/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 26/09/2018)

Por conseguinte, constatando-se que o agravo foi interposto no dia 25.1.2019 (e-STJ fl. 413), e que a decisão impugnada foi publicada aos 10.12.2018 (e-STJ fl. 400), tem-se a intempestividade do inconformismo, pois apresentado fora do prazo previsto no artigo 258, *caput*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea "b", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **rejeitam-se** os embargos declaratórios.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator